

A Economia Criativa pode ser alternativa ao neoliberalismo?

Fabio Bittencourt Meira (EA/UFRGS) - fabiobmeira@gmail.com

Pedro Costa (UFRGS) - pedrodealmeidacosta@gmail.com

Ana Mercedes Sarria Icaza (UFRGS) - anasarriaicaza@yahoo.com.br

Resumo:

O trabalho aqui apresentado é uma pesquisa em andamento que utiliza metodologia qualitativa para mapear a gestação de alternativas que abrem os espaços urbanos para novas formas de organização, produção e circulação. O objetivo geral é entender em que medida as aspirações e práticas efetivas manifestas nessas experiências são capazes de oferecer alternativas à ampla mercantilização da reprodução material da vida. Ao problematizar as alternativas gestadas no âmbito da “economia criativa”, o artigo analisa as possibilidades do “trabalho criativo” e discute uma experiência concreta de organização “criativa”. A análise no nível da organização revela certas tensões e contradições – nos modos de organizar, produzir e circular – relacionadas aos padrões de reprodução material da “economia criativa”. Apesar da intensa discussão que tem gerado, a economia criativa não parece capaz de interferir na dinâmica de reprodução geral do sistema do capital, por mostrar-se funcional à intensificação da mercantilização de bens e serviços ditos culturais.

Palavras-chave: *organização alternativa, economia criativa, espaço urbano, ecologia criativa, Associação Cultural Vila Flores*

Área temática: *GT-21 Organizações Alternativas e Contra Hegemônicas*

A Economia Criativa pode ser alternativa ao neoliberalismo?

O trabalho aqui apresentado é uma pesquisa em andamento que utiliza metodologia qualitativa para mapear a gestação de alternativas que abrem os espaços urbanos para novas formas de organização, produção e circulação. O objetivo geral é entender em que medida as aspirações e práticas efetivas manifestas nessas experiências são capazes de oferecer alternativas à ampla mercantilização da reprodução material da vida. Ao problematizar as alternativas gestadas no âmbito da “economia criativa”, o artigo analisa as possibilidades do “trabalho criativo” e discute uma experiência concreta de organização “criativa”. A análise no nível da organização revela certas tensões e contradições – nos modos de organizar, produzir e circular – relacionadas aos padrões de reprodução material da “economia criativa”. Apesar da intensa discussão que tem gerado, a economia criativa não parece capaz de interferir na dinâmica de reprodução geral do sistema do capital, por mostrar-se funcional à intensificação da mercantilização de bens e serviços ditos culturais.

Palavras-chave: organização alternativa, economia criativa, espaço urbano, ecologia criativa, Associação Cultural Vila Flores

Da cultura à economia: a oferta da economia criativa

*Culture ...
is who we are
shapes our identity
is a means of fostering respect and tolerance among people
is a way to create jobs and improve people's lives
is a way to include others and understand them
helps preserve our heritage and make sense of our future
empowers people
.... works for development.*

(Irina Bokova, Diretora Geral da UNESCO)

Ao abrir o *Creative Economy Report 2013*, publicado pelas Nações Unidas, encontramos a epígrafe reproduzida acima. É notável o modo como o argumento transita pelo caminho insólito da cultura à economia: partindo da identidade, passando pelo trabalho, tradição, futuro, empoderamento e, por fim, chegando ao desenvolvimento. Desta semântica deslizante nasce um sentido teleológico preciso: a cultura *passa* da forma identitária à forma econômica. Este é o ponto de chegada e a janela para o futuro. Nesta conversão está o segredo da Economia Criativa (EC).

EC é uma noção abrangente e imprecisa, que, entretanto, extravasa os bens e serviços culturais tradicionais. Pois, se a cultura é o seu núcleo, esta nova economia inclui manifestações em domínios tais que brinquedos, jogos, pesquisa e desenvolvimento (P&D) científico e industrial (ONU, 2013). Daí o seu correlato numa “indústria criativa” (IC), conjunto de atividades definido num documento seminal, publicado em 1998, pelo Departamento de Cultura, Mídia e Esporte do governo da Inglaterra, nos seguintes termos: “*those industries which have their origin in individual creativity, skill and talent and which have a potential for wealth and job creation through the generation and exploitation of intellectual property.*” (apud KON, 2016, p. 172).

O pressuposto é a existência de um insumo produtivo peculiar: a criatividade. A EC compõe o quebra-cabeças kuhniano de renovação da teoria econômica neoclássica pelo encaixe de uma combinação de “novos” insumos intangíveis e de uma antropologia humana reformada. O discurso neoliberal atualiza-se substituindo o princípio anglo-saxão do *homo economicus* pelo referente austríaco do *homo redemptoris*: o homem empreendedor, o empresário criativo. (GAMEIRO, TOMETICH, SILVA, 2015).

Estamos diante de uma renovação da dinâmica de produção e circulação de mercadorias, em que “indivíduos criativos” respondem pela concepção e desenvolvimento de “produtos criativos”. “[A] apropriação da criatividade para a criação de valor de mercado se dá por meio de um quadro socioinstitucional, o processo acontece no seio de redes sociais, utiliza certos aparatos tecnológicos e emprega recursos de produção, promoção e distribuição.” (BENDASSOLI et al, 2007, p. 13). Não é fácil definir criatividade, mas esta imprecisão não impede a convergência pragmática na direção de uma conversão utilitária de certas habilidades humanas para produzir valor econômico e fazê-lo circular no mercado. Mais precisamente, o fato é que todo bem ou serviço

criativo “contêm, pelo menos potencialmente, alguma propriedade intelectual que é atribuível ao indivíduo ou grupo de produção do bem ou serviço” (OLIVEIRA; ARAÚJO; SILVA, 2013, p. 12). É no diapasão de uma taxonomia da utilidade que se encontra esquadrinhado o insumo incomum:

- (1) *criatividade artística* envolve a imaginação e a capacidade de gerar ideias originais e novas maneiras de interpretar o mundo, expressa em texto, som e imagem;
- (2) *criatividade científica* envolve curiosidade e uma vontade de experimentar e fazer novas conexões em resolução de problemas;
- (3) *criatividade econômica* é um processo dinâmico conducente à inovação em tecnologia, práticas de negócios, marketing, e está intimamente ligada à obtenção de vantagens competitivas na economia. (OLIVEIRA; ARAÚJO; SILVA, 2013, p. 10).

O fundamento da “criatividade econômica” é um processo dinâmico de inovação direcionado à aquisição de vantagem competitiva (UNCTAD, 2010, p. 3). A ligação com o conceito de inovação é relevante porque a IC produz altas taxas de *soft innovation*, isto é, inovação com enfoque em novos produtos em vez de novos processos, sobretudo em bens e serviços ligados à música, livros, artes, jogos, filmes, moda e vídeo (OLIVEIRA; ARAÚJO; SILVA, 2013). Nesse sentido, produção e consumo têm especificidades definidas por Bendassoli et al (2007) em seis dimensões. Os produtos caracterizam-se por (1) sua variedade é ilimitada proporcionada pela utilização insumos criativos e recursos técnicos; (2) sua diferenciação é vertical, isto é, o prestígio dos produtos é fortemente influenciado por intermediários e distribuidores quando, por exemplo, controlam a exposição de uma obra; e, por fim, (3) sua perenidade, pelo fato do consumo não exaurir os produtos. O consumo caracteriza-se como (1) objetos ou atividades que são artefatos de cultura; (2) o consumidor é agente ativo na produção de valor econômico porque ele se modifica ao consumir, os produtos interferem na sua subjetividade e identidade; (3) finalmente, a demanda tende a ser instável dada a dificuldade em prever o sucesso comercial, já que as curvas de aprendizado tendem a ser ineficazes como estimadores de tendências neste mercado.

A EC enfrenta um problema porque não é trivial calcular a contribuição da criatividade na produção de valor, no crescimento ou no desenvolvimento econômico. Dois modelos propõem indicadores para fazê-lo: um deles foi criado por Richard Florida e é conhecido como “3T” (Quadro 1), há também o modelo da Universidade de Hong Kong (UHK) conhecido como “5C” (HOME, 2004). Ambos definem certas dimensões consideradas essenciais para produzir e sustentar a criatividade numa sociedade ou parte dela. As dimensões propostas no modelo 3T são as seguintes: (1) *tecnologia*: combina um índice de inovação (patentes per capita concedidas) e um índice de tecnologia (tamanho e concentração de indústrias produtoras de tecnologia: software, eletrônicos, biotecnologia etc.); (2) *talento*: mede a proporção de diplomados na população e o número de categorias ocupacionais ligadas à “classe criativa”; (3) *tolerância*: combina três ingredientes – “*gay index*”, “*bohemian index*” e “*melting pot index*” – na tentativa de medir a abertura da sociedade às diferenças culturais. (HOME, 2004, p. 18). Mais recentemente, Richard Florida adicionou um quarto T com o objetivo de contemplar os “ativos Territoriais” (HOWKINS, 2011, p. 125), o que revela seu interesse em articular a criatividade com o espaço urbano, como veremos adiante.

O modelo dos 5C articula diferentes “capitais” na tentativa de configurar um quadro analítico para a medição da criatividade social. A Figura 1 apresenta as quatro formas de capital que seriam determinantes do crescimento da criatividade. A interação sistêmica desses determinantes manifestariam a criatividade em termos de resultados ou saídas. O padrão de interação é o reforço mútuo (e não hierarquia) com efeitos na alavancagem de círculos encorajando o investimento em criação e inovação. A perspectiva multifacetada do capital é importante porque espelha a dinâmica da sociedade criativa em termos da contribuição econômica, inventividade e outros resultados de atividades criativas. O *Hong Kong Creativity Index* (HKCI) é concebido para capturar as relações dinâmicas entre a criatividade, economia e sociedade, os diferentes aspectos da criatividade e seus impactos locais. Pretende ser uma ferramenta de apoio à decisão e avaliação de desempenho de uma sociedade criativa para a promoção do crescimento baseado em criatividade (HOME, 2004).

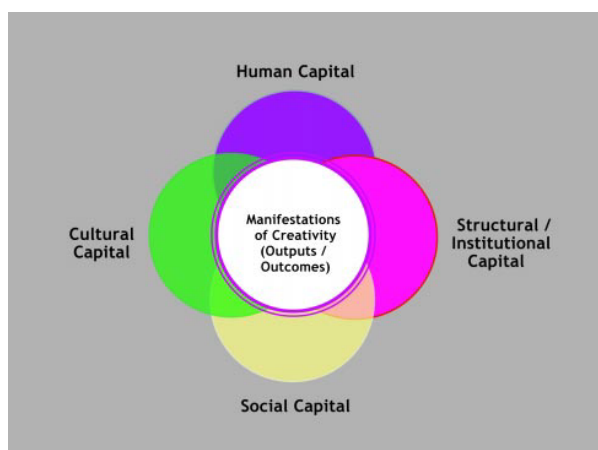
Uma classificação setorial é também utilizada para calcular o valor econômico produzido pela EC, uma espécie de PIB “criativo”. Conforme a UNCTAD (2010), os ciclos produtivos de criação, produção e distribuição de bens e serviços cujos insumos primários são a criatividade e o capital intelectual definem a IC como novo setor econômico na interseção dos setores artísticos, de serviços e industriais. A Figura 2 apresenta o quadro das IC (UNCTAD, 2010, p. 8-9). O *patrimônio* cultural está na origem do sistema porque “une os aspectos culturais dos pontos de vista histórico, antropológico, étnico, estético e social, influencia a criatividade e se caracteriza como a origem de uma gama de produtos e serviços patrimoniais, além de atividades culturais.” Os outros grandes

grupos de atividades econômicas são as *artes* (produção puramente baseada na cultura), as *mídias* (produtores de conteúdos criativos para ser comunicado com grandes públicos), e as *criações funcionais* (movidas pela demanda, prestação de bens e serviços com finalidade funcional).

QUADRO 1. Modelo dos “3T” + Território de Richard Florida	
Tecnologia	<i>Tecnologia e inovação são componentes críticos de comunidades ou organizações para impulsionar o crescimento econômico. Para serem bem sucedidas devem ter abertura para a transferência de conhecimento, ideias e inovação em produtos comercializáveis e sustentáveis. Universidades são fundamentais para isso e são instituições-chaves da era criativa.</i>
Talento	<i>Pessoas talentosas são a força motriz de qualquer estratégia econômica efetiva. Vivemos numa idade da mobilidade e pessoas, especialmente talentos criativos, possuem alta mobilidade. A capacidade da comunidade para atrair e reter estes talentos é questão crucial na era criativa.</i>
Tolerância	<i>A prosperidade econômica assenta na criatividade cultural, empresarial, cívica, científica e artística. Trabalhadores criativos com esses talentos precisam de comunidades, organizações e colegas abertos a novas ideias e pessoas diferentes. Lugares receptivos à imigração, estilos alternativos de vida e novas visões sobre o status social e as estruturas de poder serão significativamente beneficiados na era criativa.</i>
Ativos Territoriais	<i>Hoje, o lugar importa mais do que nunca. Ativos territoriais definem os ambientes naturais, construídos e psicológicos da comunidade. É a “vibração” distinta que torna uma comunidade única, em relação a outras. As pessoas querem viver em comunidades que são únicas e inspiradoras.</i>

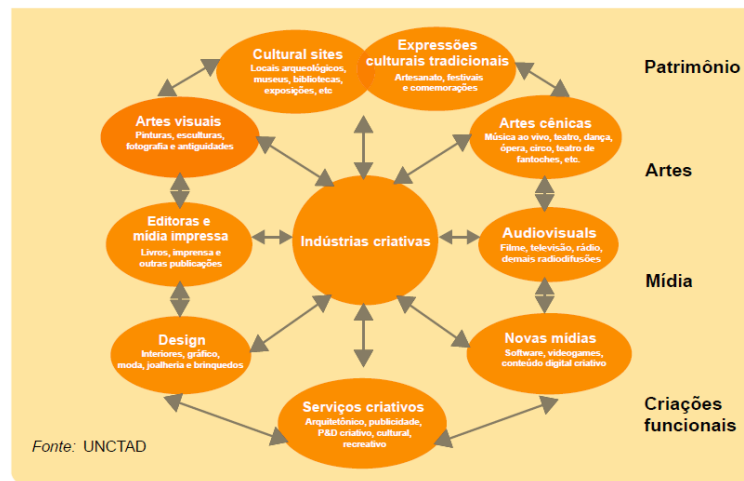
Fonte: Extraído de Flórida (2012)

FIGURA 1. Modelo dos “5C” (Universidade de Hong Kong)



Reproduzido de HOME (2004, p. 28)

FIGURA 2. Classificação da UNCTAD para a Indústria Criativa



Reproduzido de UNCTAD (2010, p. 8)

O relatório Panorama da Economia Criativa no Brasil publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2013, apresenta a participação relativa das indústrias criativas na economia dos países europeus em 2003 comparando-os com os do Brasil em 2009. Nesta simulação, o valor econômico adicionado produzido pela IC, o PIB criativo brasileiro, os cálculos do IPEA apontam, em 2009, uma participação de 1,7% no PIB total (OLIVEIRA; ARAÚJO; SILVA, 2013).

O lugar da criatividade e a ecologia criativas das cidades

A EC oferece-se como estratégia inovadora de desenvolvimento econômico sustentável. De um lado está “o reconhecimento do capital humano para o fomento de uma integração de objetivos sociais, culturais e econômicos” como alternativa ao modelo atual de “desenvolvimento global pós-industrial excludente” (REIS, 2008, p. 29). A diversidade cultural é convertida de obstáculo em oportunidade de superação de entraves sociais e econômicos. De outro lado são “as mudanças econômicas e em especial as novas tecnologias que alteram os elos de conexão entre a cultura (das artes ao entretenimento) e a economia, abrindo um leque de oportunidades econômicas baseadas em empreendimentos criativos” (REIS, 2008, p. 30).

Ao abarcar aspectos econômicos, culturais, tecnológicos e sociais, a economia criativa tem ligações entrelaçadas com a economia geral nos níveis macro e micro, por isso, a dimensão de desenvolvimento. Já que a criatividade é a força motriz principal, e não o capital, a economia criativa parece ser uma opção viável e uma estratégia de desenvolvimento mais orientada a resultados para os países em desenvolvimento. (SANTOS-DUISENBERG, 2008, p. 60).

Em vista dessas observações é difícil antever uma contradição direta com o sistema do capital. Como seria possível imaginar a criatividade como força motriz, “e não o capital”? Como afirma Zizek (2005, p. 32), vivemos o vigor do multiculturalismo numa nova forma de “autocolonização”. O multiculturalismo “é a atitude que, a partir de uma posição global vazia, trata cada cultura local da maneira como o colonizador trata o povo colonizado – como ‘nativos’ cujos costumes devem ser cuidadosamente estudados e respeitados”. Esta é “a” ideologia do capitalismo global. Não é difícil perceber como a promessa do desenvolvimento criativo paga tributos à ideologia neoliberal (GAMEIRO, TOMETICH, SILVA, 2015).

O “conceito” em que este acento multiculturalista se torna mais saliente talvez seja o de “cidade criativa” (LANDRY, BIANCHINI, 1998). John Howkins (2011, p. 125) afirma que “as cidades se tornaram ícones da

economia criativa”, são o novo tecido constitutivo dos ambientes propícios às “ecologias criativas”. As cidades são um ambiente onírico adequado ao cultivo de ideias. Para o autor, os edifícios, multidões, *clusters* (sic) e a diversidade cultural abrem oportunidades para sonhar, a cidade é o espaço privilegiado não apenas para o desabrochar da atividade criativa, mas para ir ao encontro de uma “ecologia criativa”.

A criatividade pode desabrochar em qualquer lugar e podemos ter uma grande ideia, sentados no meio de um deserto. Mas se quisermos ir além da criatividade e chegar à ecologia criativa, precisamos de diversidade, mudança, aprendizado e adaptação, com abrangência e escala suficientemente amplos. Precisamos de lugares com mais pessoas, mercados mais ativos, um ambiente construído adequado e as maiores redes de banda larga. Nesses locais, o aprendizado é mais rápido, a colaboração é mais fácil e a novidade é mais estimulante. Em outras palavras, são cidades criativas. (HOWKINS, 2011, p. 126)

Não foi por acaso que Richard Florida (2012) adicionou os “ativos territoriais” aos seus macroindicadores, para compor uma nova dimensão de medida do potencial criativo relativa ao espaço urbano. A cidade é imaginada como novo cosmos propício ao exercício do compartilhamento de ideias e talentos. As mentes criativas gostam da mistura de influências, de experimentar coisas novas, querem se encontrar e conversar com quem discorda delas para discutir e trocar visões. “Autenticidade é fundamental” diz Florida (2012), por isso, um lugar cheio de cadeias de lojas, restaurantes e discotecas é inautêntico, empobrece as experiências, oferece o que se pode ter em qualquer lugar. A estratégia é promover a emergência espontânea de um ambiente “livre de necessidades, medos, censuras e desaprovações” em que florescerão grupos ou comunidades com o objetivo de explorar ideias próprias em vez de viver das ideias alheias.

Olhe ao seu redor e você verá vários grupos... formando-se espontânea e naturalmente. Eles se comportam como sistemas auto-organizados na teoria do caos, sendo gerados em resposta a mudanças no ambiente externo, na demanda interna e extremamente sensíveis a estímulos iniciais, embora também mais ou menos deterministas depois disso. [...] Os grupos serão informais, colaborativos e sem liderança, mas longe de serem sem decisão. Debates e discussões serão vigorosos, mas em um ambiente de benefício mútuo. (HOWKINS, 2011, p. 125)

No fundo disso tudo se encontra a “ecologia criativa” como geradora das formas de viver a *urbe*, numa vida “muito gratificante e altamente produtiva”. É assim que Howkins (2011) confronta o rol de cidades invisíveis de Ítalo Calvino: a cidade criativa é transparente, a visibilidade floresce com a informalidade e a colaboração. Mas, se o percurso até agora identificado da conversão da produção cultural em valor econômico avança pelo espaço urbano nesta nova espécie de ecologia, é preciso observar que o insumo criativo traz em si uma diferença escamoteada pelo entusiasmo que provoca. As proposições da EC são sedutoras, mas tendem a produzir uma ilusão, não porque sejam, em princípio, inviáveis de um ponto de vista prático, mas porque tendem a centrar fogo na exteriorização e objetificação da criatividade. É preciso suspeitar desta instrumentalidade que enfatiza a indústria, os produtos e o consumo, para indagar se o lugar do trabalho criativo não seria outro.

A famosa passagem do primeiro volume d’O Capital (MARX, 1996, p. 298), em que o trabalho humano é comparado ao dos animais – da abelha, da aranha – já definia a criação como traço peculiar do trabalho humano. A criatividade aparece na faculdade humana da planificação, uma representação ou idealização existente no início do processo de trabalho. O homem, por ser dotado de consciência, sabe que a natureza submete sua vontade quando ele se lança ao trabalho. O modo como este limiar se organiza é constitutivo da espécie humana: a criatividade opera a transição do sujeito ao objeto de trabalho. A inversão da submissão (da vontade) é a chave do enigma: “Marx não apreende a natureza sob a categoria de um outro sujeito, mas apreende o sujeito sob a categoria de outra natureza” (Habermas *apud* Safatle, 2015, p. 243). Nesse sentido, a criatividade está na raiz de uma dupla ontologia do trabalho.

A dupla natureza significa que o homem e o animal trabalham em diferentes regimes de determinidade. “A abelha de Marx não precisa subordinar sua vontade à lei que determina sua ação porque ela não tem outra vontade possível, sua vontade está completamente adequada à lei, sua potência é imediatamente ato.” (SAFATLE, 2015, p. 246). O trabalho humano, ao contrário, vem engatado à indeterminação. O homem se põe diante da natureza como que em luta contra a lei, se vê diante de um impasse quando adquire consciência de que a única possibilidade de alcançar a objetividade é ceder sua vontade, submetendo-a à exterioridade do objeto. Mas, há sempre a possibilidade de se negar a exercer sua potência, de evitar transformá-la em ato, esta é uma característica específica do trabalho humano. O espaço da criatividade encontra-se nesta permanente tensão entre

potência e ato. “[A] atividade humana encontra sua essência no excesso dos possíveis (que podem aparecer inicialmente como impossíveis) em relação aos limites das determinações postas.” (SAFATLE, 2015, p. 247).

O que nos interessa aqui é situar a criação humana na atividade laboral como um processo subordinado à dialética da passagem ao objeto, que aparece (do outro lado) como negação da vontade (do sujeito). Aqui está a marca da criação humana, neste “trabalho do negativo” que opera a possibilidade de uma decisão de não exteriorizar a vontade, de não passar ao ato imediatamente. A criatividade reside na possibilidade de alterar a determinidade que nos seria imediatamente adequada se fôssemos constituídos exclusivamente pela natureza animal. Nesse sentido, a segunda natureza significa também que a expressão natural da vontade humana terá a forma de um objeto trabalhado, uma síntese das duas naturezas. Se assim for, o trabalho criativo não teria seu lugar propriamente nos objetos, mas, antes, no limiar dos processos de objetificação, na hesitação da vontade à sua necessária submissão.

O núcleo de uma possível “ecologia criativa” parece estar, portanto, na dimensão negativa da vontade, e não no fluxo frenético de objetificação, isto é, numa criatividade instrumentalizada e dirigida pela dinâmica da mercantilização. Ao contrário do que supõem os entusiastas da EC, o trabalho criativo se realiza plenamente no ato de recusa, quando a ação humana flerta com a liberdade, resistindo a submeter a vontade. Quando tenta canalizar a criatividade, a EC acaba por revelar a força deste “trabalho do negativo”. O vigor criativo é assim devido a uma potencial abertura à dinâmica processual das formas, como no trabalho artístico (SAFATLE, 2015, p. 244, nota 32), o que não deveria ser confundido com uma atividade direcionada à produção de inovações viáveis mercadologicamente de ideias e objetos.

A dança das alternativas: diversidade e equivalência (ou o método econômico)

Aderir ao frenesi mercantil significa produzir formas variadas do equivalente geral o que da perspectiva das alternativas ao neoliberalismo não deveria empolgar. Entretanto, ao examinar as práticas efetivas de algumas das organizações incluídas nesta indústria da instrumentalização criativa, poderemos nos surpreender. Há novos modos de organizar, produzir e consumir sendo gestados, e isto denota uma resistência interna sintomática. Observa-se nessas práticas uma criatividade fundada numa recusa de orientar a produção ao mercado, de modo absoluto. Evidentemente, há limites para esta resistência, mas vale a pena observar que ela acontece. Ao examinar a EC desta outra perspectiva, enfatiza-se o lado negativo e improdutivo da criação.

O aspecto relevante é entender a gestação das inovações antagônicas ao célebre “*There is no Alternative*” de Margareth Thatcher. Este mote ganhou lugar no até no *Wikipedia*, sob o acrônimo TINA, e, não por acaso, tornou-se “o” lema a combater. Em 2003, o Fórum Mundial das Alternativas defendia as alternativas no plural:

‘Não há alternativa’ proclamava M. Thatcher. ‘Há muitas alternativas’ dizemos hoje. Alternativas no plural. Não somente porque queremos evitar todos os dogmatismos de escola e colocar o acento sobre o caráter positivo da diversidade na construção do futuro, mas também porque... o futuro será o produto da interação dos movimentos sociais, e porque o grau de coerência e a natureza desse produto não são conhecidos de antemão. (AMIN e HOUTARD, 2003, p. 12).

Autores como Boaventura de Souza Santos (2002) chamam atenção para o papel de experiências alternativas na construção da emancipação socioeconômica em países do Sul. Iniciativas que tensionam o capitalismo se manifestam na América Latina, África e Ásia, expressando a gestação de diferentes formas de produzir e consumir para viver (Martins, Sá & Bruckman, 2004). Numa primeira aproximação, estes movimentos representam o mal estar com a ordem social contemporânea, manifestando a dimensão pragmática de uma diferença efetivando-se, afinal “outro mundo é possível” é a crença que o sustenta, como se o mundo se abrisse a novas formas de vida.

Mas, o que deveria causar incômodo não é justamente isto? A interrogação não deveria recair sobre a possibilidade real de uma mudança social efetiva? Dito pelo outro lado, este caminho da pluralidade parece exageradamente bem digerido pela ideologia neoliberal, parece mesmo ser-lhe desejável. As tensões são

absorvidas gradualmente numa espécie de revolução tranquila, como se o sentido da neoliberalidade, implícito em diferentes escolhas e estilos de vida, coincidissem com este das múltiplas alternativas. O estardalhaço pôde ser não só acolhido, como também incentivado pela hegemonia do TINA.

Há, entretanto, outra máxima de *Mrs. Thatcher* capaz de tornar nossa análise mais precisa. Numa entrevista a uma edição de domingo do *Sunday Times*, no ano de 1981, diz a dama de ferro: “*Economics are the method; the object is to change the heart and soul*”. Não se trata, portanto, de pensar o neoliberalismo como “um modo de regulação dos sistemas de trocas econômicas baseado na maximização da concorrência e do dito livre-comércio”, mas sim como “um regime de gestão social e produção de formas de vida”¹ (SAFATLE, 2015, p. 195). “Método” é, nesse caso, o que impulsiona a circulação cada vez mais frenética de mercadorias, afetos e ideias. Esta economia política é suportada pelo eixo do equivalente universal e a plasticidade das alternativas não lhe é, de modo algum, estranha.

É a dinâmica específica deste regime que deve mobilizar nossa atenção, pois o movimento antiglobalização não reverbera necessariamente o avanço ideológico das esquerdas. Ele se relaciona mais com uma inflexão liberal que acontece desde o fim do século XX, e que está fortemente relacionada ao enfraquecimento da ideologia socialista. Russel Jacoby (2001, p. 26) observa que o colapso do regime soviético abalou a confiança, e a esquerda “começou a falar a linguagem do liberalismo, ... do pluralismo e dos direitos”. Se o socialismo não morreu, a confiança na capacidade de organizar uma sociedade nova e diferente parece ter se desmanchado no ar. “Em vez de defender a ideia radical de uma nova sociedade, a esquerda inevitavelmente retira-se para ideias mais estreitas, buscando ampliar as alternativas dentro da sociedade existente.” (Jacoby, 2001, p. 30).

Este recuo só é possível porque o método econômico produz implicitamente uma estratégia política. Pierre Ansart (1978) lembra como a sociedade de mercado tem raízes políticas fincadas numa competição ideológica intensa. O poder simbólico vive numa tensão permanente, em atividade incessante e sempre incompleta, operando e alimentado a vida social cotidiana. Este *capitalismo pluralista* se define pela combinação instável de duas lógicas: socioeconômica (consumo) e política (pluralismo). Trata-se de uma estrutura dinâmica que funciona como um “supracódigo” que converte conflitos sociais maiores em problemas de escolha. “Ideologia consumista e pluralismo asseguram as mesmas ilusões e os mesmos desconhecimentos: a primeira, tornando cada qual um cidadão nutrido, faz desaparecer as diferenças e a luta de classes; complementarmente, o pluralismo dá a todos a mesma dignidade de ser um eleitor e não cessa de mascarar a divisão em classes antagonicas” (Ansart, 1978, p. 181).

O imperativo pluralista coincide com o TINA por enunciar o seu próprio bastamento. Ambos renunciam a tudo que não seja a sua própria afirmação e reiteração. Situam-se no ponto cego da enunciação, “o ponto vazio da universalidade” (ZIZEK, 2005, p. 33), a partir do qual esvaziam sua própria condição dialógica. “A ideologia do pluralismo tem por limite bem preciso proibir qualquer destruição do pluralismo” (Ansart, 1978, p. 181). E não há nada mais adequado do que combiná-lo com o apelo das múltiplas alternativas. O lado econômico da moeda pluralista lhe dá curso político por meio das diferentes alternativas. ao mesmo tempo, esta é uma ideologia política pródiga por alicerçar a produção de significados coletivos e ativar sua permanente ressignificação. O consumo, ao contrário, é o reino de indiferença, transforma tudo em valor de troca. Esta combinação é o núcleo duro do método econômico: (1) a ideologia consumista interroga os poderes e ameaça o seu domínio pela indiferença; (2) o pluralismo anuncia sua legitimação suplementando-a com a reconstituição permanente das autoridades. Por isso, as pautas políticas ganham uma abrangência nunca antes vista, porque precisam “satisfazer ao mesmo tempo as exigências do consumo, da liberdade e do significado” (ANSART, 1978, p. 182).

Se o pluralismo define o tom do momento político da hegemonia no capitalismo tardio, seu efeito é intensificar as diferenças supostamente desenhando uma sociedade não violenta, em que a paz do comércio leve à produção de um excedente de diferenças, combustível do motor mercantil. A sociedade torna-se assim o espaço dos interesses próprios, individuais e negociáveis, espaço de tolerância de parte a parte, que tende a fazer desaparecer o antagonismo pela tática da conversão da vida em negócio. A própria noção de luta social perde sentido, dando lugar ao empreendimento individual de busca pelo sucesso, de ascensão à condição de consumidor bem nutrido. A figura do empreendedor é emblemática desta nova condição dos sujeitos econômicos e a política é

1 “Chamamos ‘forma de vida’ um conjunto socialmente partilhado de sistemas de ordenamento e justificação da conduta nos campos do trabalho, do desejo e da linguagem. Tais sistemas não são simplesmente resultados de imposições coercitivas, mas de aceitação advinda da crença de eles operarem a partir de padrões desejados de racionalidade. Pois toda forma de vida funda-se na partilha de um padrão de racionalidade que se encarna em instituições, disposições de conduta valorativa e hábitos.” (SAFATLE, 2008, p. 12).

transformada num balcão de reclamações e pedidos de reparação sob o signo insuspeito do “cuidado” [*care*] (Safatle, 2015). A transitividade da circulação capitalista transborda para o campo político e o Estado converte-se, ele mesmo, em produtor de bens e serviços para consumo.

As relações sociais contemporâneas evidenciam a universalização do capitalismo, o que, de certa forma, explica o vigor dos discursos insurgentes. Porém, a fluidez consumista / pluralista – o trânsito entre o econômico e o político, e vice-versa – promove o plantio estéril das alternativas (não é casual a analogia com as sementes transgênicas). A operação ideológica faz a proposição da única alternativa aparecer sob a forma reversa da multiplicação. Não é difícil entender as razões da assimilação das alternativas no plural: ao fazer circular a moeda pluralista está-se batendo numa porta aberta e consolidando o mérito da defesa das diferenças. Mas, a aposta na transformação social tende a fracassar. Neste ponto, talvez seja possível ir além e afirmar a mediação generalizada a que estamos todos submetidos, mediação constituída pela função universal do mercado na canalização da diversidade cultural de formas de vida.

O horizonte da imaginação social não mais permite que alimentemos o ideal de que o capitalismo um dia desaparecerá – pois, se poderia dizer, todos aceitam tacitamente que o capitalismo está aqui para ficar –, é como se a energia crítica tivesse encontrado uma saída substitutiva na luta pelas diferenças culturais que deixa intacta a homogeneidade básica do sistema mundial capitalista. (ZIZEK, 2005, p. 35)

A redução do múltiplo ao um manifesta o que Zizek (2005, p. 35) define como “sintoma”, o elemento irracional que não pode ser incluído no sistema ideológico ordenador da realidade sob pena de fazê-lo ruir. O sintoma é o ponto de bastamento interno, isto é, “de suspensão do princípio universal”, que se fosse aplicado a esse ponto, desintegraria o próprio sistema. É fácil perceber que a estratégia das múltiplas alternativas acerta no que não é capaz de ver: a universalidade capitalista resiste à multiplicação das diferenças, mas não ao curto-circuito produzido pela interpelação pluralista do próprio pluralismo. O thatcherismo expressa bem este impasse, o resultado da combinação do lema TINA com o “método econômico” seria algo como: “o pluralismo é a única alternativa”. Mas atenção: a oferta desta faceta política não afeta a alternativa econômica que a acompanha.

O esforço na busca pela efetividade das alternativas deve estar, portanto, em procurar expressões do sintoma social contemporâneo no ponto de excesso, irreconhecível e inominável da ideologia consumista-pluralista. Destruir a cadeia de equivalências pela exposição do que é irreduzível ao contínuo das diferenças. Numa palavra, é preciso situar o lugar do antagonismo na luta econômica, pois “o próprio âmbito da multidão de lutas particulares, com seus deslocamentos e condensações em constante mutação é sustentado pela ‘repressão’ do papel-chave da luta econômica” (Zizek, 2005, p. 36).

Mas, tudo se passa como se o mundo pudesse ser de fato unificado. Saímos do colonialismo tradicional para uma modalidade de colonialismo em que as corporações são o centro do poder: a empresa global é a pátria do capital. Hoje as corporações atuam “por fora”, desvinculadas do Estado-nação (Zizek, 2005). Estamos no mundo em que colonização e mercantilização se encontram numa nova identidade cultural e comunitária gelatinosa chamada “cultura corporativa”. Esta homogeneização das formas de vida sob o primado da empresa é o resultado de um longo processo histórico. “Modernizar é ‘empresarizar’” diz Solé (2000), “a ‘mundialização’ é a humanidade submetida a uma forma única de organização. Não nos ressentimos – fisicamente – de sua intervenção em nossas relações com o Outro, o Tempo, o Espaço, a Morte? Nosso mundo é este da ‘empresarização’ do mundo”. Não é por acaso que a utopia capitalista seja convergente com a ideia de que uma boa gestão levaria à união das lutas particulares em alguma modalidade de inclusão generalizada das diferenças, isto é, as medidas certas levariam o sistema a totalizar-se por si mesmo, ainda que a longo prazo. O método econômico alcançaria assim sua plenitude.

Mas, trata-se de, ao contrário, apontar a centralidade da luta econômica como método. Desta perspectiva, a condição social que interessa é aquela da exceção, que provoca a ruptura com toda diferença bem gerenciada. Se estamos tratando do *sintoma*, por que não adotar a posição clínica (social) para afirmar que vivemos tempos em que sujeitos limítrofes [*borderline*] encontram sólidas raízes nas formas de vida contemporâneas? Isto não é de modo algum uma novidade para o mundo da universalização do equivalente geral, nele, a condição normal é a circulação acelerada. A anomia é elevada à condição de normalidade e chega mesmo a ser desejável, desde que

contida naquilo que os consultores de recursos humanos chamam ‘resiliência’² (Safatle, 2015). Na expressão de Bauman (1998, p. 44), esta infixidez define a condição de “viver com a alteridade, diária e permanentemente.” Até mesmo um líder neofascista (Julius Evola *apud* Bauman, 1998) pôde afirmar que “os racistas reconhecem a diferença e querem a diferença”. Ora, não é surpreendente perceber que se em lugar de “fascista” colocássemos “progressista”, “liberal” ou “socialista”, a frase nada perderia em persuasão? (Bauman, 1998, p. 45). Onde devemos então nos colocar?

Vila Flores e o *outro* organizar: criar, produzir e circular “outramente”?

A insistência com que os pensadores da EC mencionam o “trabalho criativo” sem, no entanto, defini-lo, nos levou a encontrá-lo noutra lugar. A análise dos modos de organizar de uma associação civil que se identifica como pertencente à EC talvez ajude a resolver o *imbroglio*. Antes porém, é preciso refinar a compreensão do limiar criativo que encontramos nas concepções inspiradas em Marx (1996). A processualidade das formas, de que nos fala Safatle (2015), sugere uma aproximação com Christophe Dejours (1992; 1994; 2001; 2003; 2006; 2008), para quem o trabalho humano é tipicamente processual e nunca se reduz à mera execução de um plano. A prescrição nunca esgota a ação: o conteúdo prescrito do trabalho e sua execução real nunca coincidem. Isto significa que o processo de trabalho se realiza numa desordem de intensidade variada, e mesmo nas situações mais ordinárias ocorrem imprevistos, panes, acidentes, anomalias etc. Por isso, o processo se dá no confronto subjetividade *versus* realidade, em que esta última aparece como resistência ao *savoir-faire* do sujeito (Dejours, 2001; 2006). Trabalhar é experimentar certa indeterminação, e isto faz o sujeito sofrer. Para Dejours (2006), o sofrimento é um afeto que expressa um limite da vontade, cuja significação escapa ao domínio da consciência. Por isso, a processualidade do trabalho se dá no embricamento do intelecto e do corpo. No âmbito da atividade laboral, o sofrimento é a forma afetiva do limiar mente / corpo. O pressuposto do senso comum de que o trabalho intelectual se reduz à pura cognição é um equívoco monumental, “trabalhar passa primeiro pela experiência afetiva do sofrimento, do pático. E não há sofrimento se não houver um corpo para experimentá-lo” (DEJOURS, 2001, p. 3). Isto significa, *grosso modo*, que o trabalho cognitivo ou imaterial nunca deixa de ser material, isto é, sua materialidade está na dimensão corporal do homem.

Em “O trabalho como enigma”, Dejours (2008) explica como o sofrimento se torna produtivo por meio de três mecanismos: *engenhosidade*, *cooperação* e *mobilização subjetiva*. A *engenhosidade* tem pressuposto numa forma de racionalidade prática que se aproxima da astúcia ou desvio, cuja referência é o conceito grego da *métis*. Como figura mitológica, a *Métis* é uma “divindade portadora da semente de todos os deuses, germe de todas as coisas, que faz vir à luz, como primeira genitora, o universo inteiro em seu curso sucessivo e diversidade de formas...”. Mas, esta deidade é também andrógina, sua natureza é dupla: macho e fêmea. (DETIENNE; VERNANT, 1974, p. 128-129). A *Métis* representa o devir em seu aspecto aleatório, sua palavra tem valor hipotético ou problemático. Ela aconselha o que convém fazer para que as coisas aconteçam mais de um modo que de outro. “Enuncia o futuro, não como o já fixado, mas como aflição ou felicidade possíveis, fornecendo os meios de que dispõe seu saber astucioso para que as coisas se tornem melhores mais do que piores.” (DETIENNE; VERNANT, 1974, p. 105). Esta engenhosidade astuta da *métis* revela-se na criatividade e na subversão típicas da atividade laboral humana. A resistência do real manifesta-se primeiro pelo fracasso, isto cria “um sofrimento que quanto mais negado, mais doloroso. O sofrimento pressupõe, para ser superado, criatividade e subversão dos procedimentos em uma atividade que pode ser considerada como bricolagem e que seria da esfera da *métis*” (DEJOURS, 2008, p. 133).

O mecanismo da *cooperação* manifesta uma determinada condição ética da prática de ajustes mútuos, com efeitos diretos na coordenação do trabalho. A arbitragem dos variados modos operatórios individuais define o “espaço de discussão” capaz de mediar, de um lado, aspectos normativos relativos aos acordos construídos, e, de outro, aspectos deontológicos relacionados aos valores compartilhados e diferentes visões de mundo (DEJOURS, 2008, p. 134). Finalmente, sob o mecanismo da *mobilização subjetiva* encontram-se os dilemas da afetividade. O espaço intersubjetivo do reconhecimento tanto quanto a subjetividade individual se combinam com a objetividade do trabalho para definir uma dinâmica desdobrada sempre em três universos: objetivo, social e subjetivo (DEJOURS, 2008, p. 137). Nesse sentido, as defesas coletivas contra o sofrimento, tanto quanto as

2 “Resiliência é frequentemente referida a processos que explicam a ‘superação’ de crises e adversidades em indivíduos, grupos e organizações.” (YUNES, 2003, p. 76). “A *American Psychological Association* define resiliência como ‘o processo de adaptação em face da adversidade, trauma, tragédia, ameaças ou estresse.’ A definição não contempla a natureza complexa da resiliência, pois seus determinantes incluem uma série de fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais que interagem uns com os outros para determinar como alguém responde a experiências estressantes.” (SOUTHWEEK et al, 2014, p. 2).

individuais, isto é, a operação prática da *métis* no contexto concreto de cooperação, são decisivas para a conversão utilitária do trabalho e a produção de valor econômico. Define-se, portanto, o trabalho por aquilo que traz a marca do sofrimento criativo e produtivo ao mobilizar individual e coletivamente o humano no confronto com uma exterioridade objetiva que o frustra. O trabalho humano define, então, um confronto permanente com o que *não* está dado na organização, prescrição ou norma, e, nesse sentido, diz respeito à mobilização da inteligência criativa (DEJOURS, 2008, p. 138).

Estamos agora munidos dos elementos necessários para o exame da EC de uma outra perspectiva, isto é, pela ótica da criatividade como subversão. Para construir o relato que apresentamos a seguir, foram coletadas informações de fontes primárias e secundárias. Realizamos entrevistas com três gestores da organização, dentre os quais um era também proprietário. Obtivemos documentos fornecidos pela associação e fizemos consultas às suas páginas eletrônicas. Contribuíram também trabalhos acadêmicos e artigos que permitiram analisar, sobretudo, a relação da organização com seu entorno, além de jornais, revistas e páginas eletrônicas diversas. As observações foram realizadas pelos pesquisadores em diversas oportunidades, mas especialmente quando convidados para os eventos que aconteceram no espaço da associação, quando foi possível contatar o público e os residentes.

A Associação Cultural Vila Flores (ACVF) é uma organização que tem uma logomarca com os dizeres “cultura, ensino e negócios”. Nasceu em 2013 e tornou-se uma associação civil sem fins lucrativos, nos termos da lei, no ano de 2014. Define-se como “entidade responsável pela programação cultural do espaço e pela articulação junto ao poder público, à iniciativa privada e à sociedade em prol dos interesses da comunidade artística e criativa do Vila Flores, buscando promover a integração com a comunidade do entorno.” (ACVF, 2016). Reúne, num único espaço, vários empreendimentos individuais e coletivos, de artistas, arquitetos, consultores e outros que tem ali sua “residência”, maneira própria de dizer local de trabalho (Quadro 1). Além de acolher, temporariamente, cursos, eventos diversos, grupos ou coletivos profissionais e projetos de curta duração. Daí seus eixos de atuação alinharem-se aos propósitos da EC, conforme declaração dos entrevistados. A descrição da página eletrônica não deixa dúvidas:

- 1. Arte e Cultura:** Artes Visuais, Artes Cênicas, Audiovisual, Música, entre outros.
- 2. Educação:** cursos, oficinas, seminários e encontros para troca de conhecimentos e experiências.
- 3. Empreendedorismo:** incentivo aos produtores locais e iniciativas que fazem a conexão entre negócios criativos, sociais e colaborativos.
- 4. Arquitetura e Urbanismo:** fomento ao debate sobre questões urbanas e promoção de atividades para a concretização de projetos cujo objetivo é a melhoria da vida na cidade. (ACVF, 2016).

A ACVF é o resultado de uma estratégia dos proprietários para reabilitar um imóvel construído nos anos 1920, num bairro industrial de Porto Alegre, que sofreu aguda degradação. O imóvel foi construído para moradia de aluguel de trabalhadores das antigas fábricas da região, com projeto desenvolvido pelo arquiteto, professor e artista plástico José Lutzenberger. O conjunto habitacional é apontado pelo patrimônio histórico da cidade por seu valor arquitetônico. São dois prédios com 2.322 m² de área construída, localizados numa esquina com frente para ambas as ruas, um pátio interno e um pavilhão nos fundos (Figuras 4, 5 e 6). A família proprietária está na origem da organização e seus integrantes atuam na gestão do espaço. A ideia do empreendimento que se tornou a ACVF foi, em boa medida, motivada pelo problema orçamentário – de manter um imóvel de valor histórico – combinado com a decisão, possivelmente antieconômica, de não aderir aos padrões típicos da expansão imobiliária da região. Mas, a ACVF extrai benefício de um processo de revitalização que acontece nos distritos industriais próximos à orla do Guaíba, região também chamada Quarto Distrito, devido à antiga divisão da cidade em distritos, que vigorou até meados do século XX (COSTA, 2015, p. 64). “A nova geração de proprietários está promovendo a reabilitação do conjunto e prevê junto à comunidade local, artistas e coletivos da cidade a readequação do seu uso como um espaço cultural, núcleo de práticas colaborativas relacionadas à economia criativa, no intuito de contribuir para a revitalização do 4º Distrito.” (WALLIG; SIELSKI, 2012, p. 3013).

Como aponta Fernandes (2014, p. 84-86), há interesses imobiliários na revitalização. A região passou por anos de decréscimo populacional com a saída das fábricas, ocasionando aparente descaso com os serviços públicos. Isto resultou na desocupação das edificações, que passaram a ser abrigo de moradores de rua ou depósitos irregulares de lixo. Ainda existem várias casas noturnas, que se instalaram devido aos baixos aluguéis, o que

incentiva a prostituição de rua. Próximo dali encontra-se também um conjunto de moradias populares chamado “Vila dos Papeleiros”, que provoca concentração e circulação de catadores pela região. Há, entretanto, uma revitalização em curso, motivada pela potencial valorização imobiliária de uma região degradada que possui infraestrutura e boa localização. O pioneiro foi um grande empreendimento imobiliário vertical “que ocupa um terreno de 36.757 m² ... com três torres residenciais, uma torre de salas comerciais e um shopping center com supermercado”. Um dos prédios da antiga tecelagem que ali existia vai dar lugar a um memorial e haverá um parque aberto ao público (COSTA, 2015, p. 83). Em 2011, o presidente do Sindicato das Indústrias de Construção Civil do RS exortou, numa entrevista, os atrativos da região afirmando que projetos em áreas de antigas fábricas mostram a possível conciliação do passado com a necessidade do futuro (FERNANDES, 2014, Anexo 6). O Quarto Distrito foi definido como zona de revitalização no Plano Diretor do Município de 1999. Atualmente, uma intensa movimentação acontece para que a região possa “contar com instrumentos para priorizar arranjos específicos das atividades econômicas, em segmentos de tecnologia da informação e comunicação, saúde e desenvolvimento de novos negócios (*startups*), ambientes colaborativos e usos de espaços com edificações de perfil inovador e que insiram construções tomadas pelo patrimônio histórico” (COMUNELLO, 2016). Inclusive um novo limite construtivo e de ocupação das áreas. Recentemente, a prefeitura firmou acordo com três universidades para a definição de projetos com o objetivo de atrair investidores e intensificar a exploração econômica da região.

A recuperação dos edifícios da ACVF foi projeto do escritório residente Goma Oficina, que tem em sua equipe de arquitetos um dos proprietários do imóvel. A aproximação com a Pontifícia Universidade Católica do RS parece ter sido relevante para a compreensão do valor histórico do conjunto. Os prédios foram tema de vários trabalhos acadêmicos, o que facilitou o entendimento de sua importância e da estrutura original. A reabilitação orientou-se pela ideia de criar um espaço para abrigar a produção artística e cultural. O projeto de reforma é realizado aos poucos e inclui uma adequação gradual aos propósitos da Associação.

O galpão torna-se um centro cultural com diversas possibilidades de uso como anfiteatro, espaço para exposições, eventos, palestras e cursos; o pátio interno se configura como um passeio público ou praça, um espaço de convívio aberto; um dos prédios será internamente remodelado para abrigar estúdios, ateliês e oficinas e o outro prédio será readequado para residências artísticas transitórias. A fachada se mantém integralmente preservada e apenas serão anexadas outras estruturas “parasitas”, que preveem a passagem do sistema hidráulico, elétrico e de águas sujas. O projeto também inclui o uso de placas solares para energia e o reaproveitamento de água da chuva e de águas cinzas. (WALLIG; SIELSKI, 2012, p. 3014).

A ocupação realizada por etapas construtivas é adequada à disponibilidade financeira dos proprietários e conta com a participação ativa dos “residentes”. Estes contribuem com aportes estruturais, de acordo com as necessidades do trabalho que pretendam desenvolver. Atualmente, o edifício é utilizado parcialmente, tendo sido reformado gradualmente em blocos verticais ou “prumadas”, perfazendo instalações hidráulica, elétrica e piso. Os proprietários decidiram operar com aluguéis subsidiados para viabilizar o projeto. Fornecem a infraestrutura básica e os “residentes”, também chamados “vileiros”, fazem as intervenções que desejam, deixando o espaço apto para o trabalho. Este princípio colaborativo parece ser um modo inteligente de contornar as limitações financeiras e imprime um ritmo sensato à expansão do projeto.

A abertura ao público aconteceu no dia 11 de dezembro de 2012. O evento foi planejado para iniciar a ocupação num processo de residência artística, em que grupos convidados de fora da cidade se instalaram nos apartamentos, parcialmente reformados. Foram três dias de preparação e experimentação coletiva do espaço, em que participaram dois grupos de pesquisa das universidades de Pelotas e Santa Catarina, este último composto pelo coletivo Geodésia Cultural Itinerante. Além das intervenções de vídeo do Goma Oficina, que tem sede em São Paulo, e do Projeto Vizinhança, que atua com a ocupação artística temporária de espaços ociosos. Com a divulgação do evento pelas redes sociais, juntaram-se vizinhos, artistas de diferentes matizes, integrantes da associação de bairro e curiosos. O interesse estava na ligação do passado com o presente, conforme apontam Wallig e Sielski (2012). Desde este primeiro evento, a apropriação do espaço parece inspirar-se na ideia de compartilhar experiências: “a ideia central é que muitas experiências possam se juntar em diferentes linguagens e maneiras de articular saberes e que o processo se faça a partir e através destas.” (WALLIG; SIELSKI, 2012, p. 3018).

A viabilidade do projeto da ACVF esteve e está diretamente ligada à capacidade de catalisá-lo coletivamente, porque não há financiador ou incorporação. A inteligência criativa no uso do espaço foi crucial para torná-lo

habitável. As precárias condições em que ainda se encontra boa parte do prédio não impede o seu uso seletivo. O processo de recuperação foi pensado em etapas e o aluguel subsidiado conjugado com as melhorias no imóvel realizadas pelos próprios “residentes” resulta numa apropriação do espaço que combina com o reconhecimento mútuo. Nesse sentido, a gestão do empreendimento é vista como tendo duas faces, declararam os três entrevistados. A propriedade e a gestão do patrimônio ficam de um lado, por conta do patriarca da família. Há, nesta dimensão certa informalidade, pois nem sempre os contratos de locação vão além do acordo verbal e mesmo a entrada de novos “inquilinos” é precedida de consulta e aprovação dos residentes. De outro lado, há uma gestão ou “curadoria” do espaço que é compartilhada com todos os residentes. A instância máxima é uma assembleia, o que abre espaço para discussão das decisões. As responsabilidades dos atuais gestores foi construída de modo pouco convencional, que se faz pelo negativo. Define-se a partir de decisão coletiva as atividades administrativas necessárias e quais delas serão compartilhadas ou assumidas por residentes voluntários. Não é estranha a ideia de pensar a participação na gestão como uma maneira de compensar o subsídio dos aluguéis. As atribuições da equipe gestora dependem da decisão anterior, além de incluir tarefas eminentemente técnicas que nenhum residente possa fazer, tais como controles contábeis, financeiros, fiscais etc.

A gestão da ACVF é formada por uma mistura de profissionais, vileiros e proprietários dividindo as tarefas, de acordo com as contingências, porque as decisões da assembleia podem também mudar as regras. A palavra “híbrido” foi utilizada para definir este caráter da estrutura organizacional. Isto é relevante porque muitas atividades são de fato contingentes, tais como projetos e eventos. Assim, a carga de trabalho pode variar e parece ser difícil antecipar muitas das decisões e ações pontuais, devido às especificidades do que é produzido pela ACVF. A própria utilização do espaço é dinâmica e tem que ser resolvida pela gestão. O modo de fazê-lo relaciona-se com um caráter colaborativo presente em diversos níveis das relações intersubjetivas.

É possível associar este modus operandi aos mecanismos de engenhosidade, cooperação e mobilização subjetiva definidos por Dejours (2008). A criatividade e a subversão foram incorporadas ao processo decisório e ao modo como as normas e regras se submetem aos imprevistos e oportunidades percebidas pelos vileiros. Ao mesmo tempo, a utilização produtiva do espaço, isto é, sua mercantilização não pressiona a decisão de modo incontornável. Parece haver um espaço de reconhecimento para arbitrar conflitos entre necessidades individuais e coletivas. O espaço de discussão está constituído e contempla tanto a normatividade dos acordos construídos quanto os valores compartilhados e diferentes visões de mundo. A colaboração constitui nitidamente um espaço intersubjetivo de reconhecimento.

A passagem à objetividade, isto é, a produção de valor econômico é pensada também no mesmo diapasão. Embora, nem todos dependam exclusivamente da renda gerada pelo trabalho na ACVF, o trabalho de cada um revela-se uma preocupação de todos. Há iniciativas nesta dimensão, como por exemplo, o projeto de criar uma rede, no Quarto Distrito, de espaços de produção cultural e criativa, que por meio de uma moeda social própria pudesse fazer o compartilhamento de ativos, máquinas e equipamentos e espaços em diferentes projetos. Com isso, a viabilidade dos projetos fica facilitada. Foram mapeados doze espaços que poderiam iniciar esta rede, e as reuniões já estão acontecendo. A lógica de decisão é nesse caso replicada para a escala da rede, o que significa que o processo precisa de tempo para amadurecer.

A análise da dinâmica de gestão da ACVF parece coerente com a lógica do *outro organizar*. Encontramos aqui algumas características de outras observações no âmbito da pesquisa do NEGA/UFRGS. Uma primeira dimensão poderia ser definida como *visão de mundo compartilhada*. Parece importante certa homogeneidade em termos de valores e crenças, para animar o trabalho e legitimar a participação no projeto, bem como para estabelecer parcerias e relações com outras organizações. Na ACVF há o que podemos chamar de espírito colaborativo em muitas das dimensões da gestão e não parece exagero afirmar que esta crença pode legitimar decisões economicamente irracionais, ao mesmo tempo em que se compartilham desejos de transformação do mundo. Quanto ao *modo de organizar o trabalho*, revela-se a presença de práticas não convencionais, distintas da gestão empresarial. O modo de organizar é “híbrido”, as diferenças são reconhecidas e valorizadas, em especial, a individualidade na proposição e compartilhamento de ideias com o coletivo. As relações pessoais são importantes para o conteúdo do trabalho de cada um. A pessoa é reconhecida por sua competência profissional, não se trata de ocupar um cargo, mas de confiar na competência de cada vileiro.

A burocracia pode ser vista como um fardo. O que nos leva a uma dimensão da gestão derivada do modo de organizar: a tendência a operar com base em *práticas de gestão informais*. Os regulamentos e as normas podem ser secundados e isto reforça o hibridismo no modo de organizar. As *tensões entre individual e coletivo*, que tendem a emergir em empreendimentos com estas características parecem ser contornadas na medida em que boa

parte dos residentes mantém certa independência econômica em relação à organização. Evitar a criação de vínculos necessários ou obrigatórios parece ser estratégico para a gestão dos conflitos. A contradição mais evidente aparece quando se percebe que este modo de organizar precisa ser capaz de construir vínculos intersubjetivos fortes porque necessita do compromisso das pessoas, de seu envolvimento e dedicação ao projeto. Ao mesmo tempo, o avanço gradual do projeto pode levar à adoção de estratégias paralelas de trabalho e vínculos com outras organizações por questão de sobrevivência. Nesse ponto, talvez esteja o limite do trabalho criativo: este é, de fato, o lugar da criação (menos livre) de valor econômico.

A esta altura, por se tratar de uma pesquisa ainda em andamento cabe somente indagar que a criatividade alardeada pelos entusiastas da EC nunca poderia exceder o limite da produção de valor econômico. É uma criatividade contida, isto é, seu conteúdo é definido de antemão como uma inovação viável mercadologicamente, e sua ousadia é limitada pelos imperativos da circulação mercantil. Nunca devemos esquecer que a passagem da produção à circulação é o fundamento da transformação do dinheiro em capital, mas é também um salto no vazio, na medida mesma em que constitui uma transformação qualitativa. Neste limite, a natureza do bem ou serviço torna-se mero detalhe, já que tudo deve se transformar em mercadoria. De fato, a criatividade a que se referem os autores está na capacidade de criar maneiras de superar as incertezas da passagem da produção à circulação. Nenhuma novidade, portanto, já que os produtos criativos caracterizam-se pela demanda instável em função da dificuldade de prever o sucesso comercial. Não permitem curvas de aprendizado porque são eles mesmos produzidos para o consumo e a obsolescência. Aí encontramos mais um limite da criatividade: ela certamente não está no registro da arte...

QUADRO 1. “RESIDENTES” - ASSOCIAÇÃO CULTURAL VILA FLORES	
1%	Empresa que concretiza projetos sociais através de parcerias entre sociedade civil e iniciativa privada.
AC ARQUITETURA	Escritório de arquitetura de Carolina Castillo.
ARMAZÉM SONORO	Estúdio musical de Marcio Machado e Maurício Nader.
ATELIÊ COLETIVO	Ateliê coletivo de artistas visuais de Carlos Farias Márcia e Rogério Pessôa
CAFÉ MINÉRAUX	Alimentação. Cozinha com saúde que preserva os minerais no seu alimento
CAIXA DO ELEFANTE	Companhia fundada em 1991, teatro de bonecos, montagens direcionadas para o público infantil e adulto
COLETIVO AMEIXA	Coletivo de artistas em formação voltado às práticas colaborativas e de ações envolvendo vídeo e fotografia
COLIBRIII	A Colibrii trabalha com artesãs de comunidades de Porto Alegre co-criando produtos com materiais alternativos e reutilizados.
ESCOLA CONVEXO	Iniciativa desenvolvida por não educadores que propõe aulas com metodologias inovadoras de comunicação, lógica e empreendedorismo, dentro de escolas tradicionais, em turno invertido, para desenvolver líderes em comunidades carentes.
ESTÚDIO HYBRIDO	Espaço de criação planejado para abrigar projetos e ações interdisciplinares nas áreas das artes visuais, moda, dança, performance, vídeo e fotografia.
GERAÇÃO URBANA	Grupo de estudos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC/RS que utiliza o espaço educativo do Vila Flores como base para seus estudos sobre o 4º Distrito.
GOMA OFICINA	Plataforma colaborativa de profissionais das áreas de arquitetura, mobiliário, maquete, intervenção urbana, cenografia, vídeo, ilustração, animação, fotografia, design gráfico, de produto e de sinalização. Tem sede na cidade de São Paulo.
HUMANUS	Marca inspirada nas artes e na filosofia, busca provocar novos olhares. Moda.
IKEBANA	Coworking localizado no sótão do prédio da Rua Hoffmann
JONER PRODUÇÕES	Atua na criação e realização de projetos especiais, estratégias e serviços para clientes das esferas pública, privada e do terceiro setor. Consultoria.
LÍRICO ATELIÊ DE OFÍCIOS	Ateliê coletivo formado pelos artistas Janaína Falcão, Leandro Pantera, Luciana Delacroix e Maíra Coelho.
MATEHACKERS HACKERSPACE	Grupo de entusiastas por tecnologia e conhecimento. O objetivo primário é propiciar um local e massa crítica para o desenvolvimento de projetos na área de tecnologia, oferecer cursos, reuniões, palestras e outras atividades que possibilitem a troca de conhecimento entre os participantes.
MOXIE	Marca de objetos para casa e mobiliário de Gabriela Cerveira.
MULHER EM CONSTRUÇÃO	Organização social que forma mulheres para o mercado da construção civil: desenvolve cursos para o público e trabalhos com mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica e vítimas de violência doméstica.
PANITZ BICCA ARQUITETURA & ENGENHARIA	O escritório desenvolve projetos arquitetônicos e de interiores que agreguem qualidade estética e de vida aos usuários e às cidades.
SURTO CRIATIVO	Estúdio de design, comunicação, criatividade, ilustração e gastronomia de Diego Ferrer.

Extraído de <https://vilaflores.wordpress.com/residentes/>

FIGURA 4. Uma das fachadas da edificação – Associação Vila Flores



Imagem extraída de <https://vilaflores.wordpress.com/about/> (Foto de Fernando Banzi e Lauro Rocha)

FIGURA 5. Vista aérea da edificação – Associação Vila Flores



Imagem extraída de <https://vilaflores.wordpress.com/about/> (Foto de Fernando Banzi e Lauro Rocha)

FIGURA 6. Pátio interno da edificação – Associação Vila Flores



Imagem extraída de <https://vilaflores.wordpress.com/about/> (Foto de Fernando Banzi e Lauro Rocha)

REFERÊNCIAS

ANSART, P (1978). *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar.

BAUMAN, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BENDASSOLLI, PF. (2007). *Estudo exploratório sobre Indústrias Criativas no Brasil e no estado de São Paulo*. Relatório 01/2007. São Paulo: GVPesquisa. Disponível em <http://www.pedrobendassolli.com/npp.pdf> Acesso 13/05/2016.

BENDASSOLLI, PF. et al (2009). Indústrias Criativas: definição, limites e possibilidades. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*, São Paulo, 49 (1), p. 10-18.

BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E (1999). *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard.

COMUNELLO, P (2016). Quarto Distrito terá regime próprio para atividade econômica. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 28 de junho de 2016. Disponível em <http://jcrs.uol.com.br/> Acesso 28/06/2016.

COSTA, G S (2015). *Reconexão de espaços degradados à cidade por meio da reconversão de uso de vazios industriais: o caso do IV distrito de Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DEJOURS, C (1992). *A loucura no trabalho*. São Paulo: Cortez - Oboré.

_____. (1994). A carga psíquica do trabalho. In: Betiol (Org.). *Psicodinâmica do trabalho*. São Paulo: Atlas;

- _____. (2001). *Subjectivité, travail et action*. Disponível em <http://www.fractale-formation.net/dmdocuments/dejours-subjectivite%20C3%A9-travail-et-action.pdf> Acesso 18/06/2016
- _____. (2003). *L'évaluation du travail à l'épreuve de réel*. Paris: INRA.
- _____. (2006). *Souffrance en France, la banalisation de l'injustice sociale*. Paris: Points.
- _____. (2008). *Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- DÉTIENNE, M; VERNANT, J-P (1974). *Les ruses de l'intelligence*. La mêtis des Grecs. Paris: Flammarion.
- FERNANDES, A C (2014). *Cemitérios industriais: contribuição para a análise espacial da metrópole de Porto Alegre, RS/Brasil*. Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- GAMEIRO, R; TOMETICH, P; SILVA RC. (2015). Política Federal de Cultura de Economia Criativa como experimento da renovação do neoliberalismo. In: *Anais... XI Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT)*, 11-14 de agosto de 2015, Salvador, Brasil.
- HOME Affairs Bureau (2004). A study on Hong Kong Creativity Index. Interim Report. Disponível em http://portal.unesco.org/culture/en/files/40795/12705619025HK_Creativity_Index.pdf/HK_Creativity+Index.pdf Acesso em 15/06/2016.
- HOWKINS, J. (2011) *Ecologia Criativa*. In: REIS, ACF.; KAGEYAMA, P. (Orgs.) (2008). *Cidades criativas: perspectivas*. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.
- KON, A. (2016). On the creative economy chain in Brazil: potential and challenges. *Revista de Economia Política*, São Paulo, 36 (1), p. 168-189
- MARX, K. (1996). *O Capital* (Volume I). São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Economistas.
- NAÇÕES UNIDAS (2013). *Creative Economy Report*. Genebra e Nova Iorque. Disponível em <http://www.unctad.org/creativeeconomy> Acesso 15/05/1960.
- REIS, ACF. (2008). Introdução. In: REIS ACF. (Org.) *Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itáu Cultural.
- REIS, ACF.; KAGEYAMA, P. (Orgs.) (2011). *Cidades criativas: perspectivas*. São Paulo: Garimpo de Soluções.
- SAFATLE, V (2015). *O circuito dos afetos*. São Paulo: Cosac&Nayfi.
- SANTOS-DUISENBERG, E. (2008). Economia Criativa: uma opção de desenvolvimento viável? In: REIS, ACF. (Org.) *Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itáu Cultural.
- SCRUGGS, G (2014). Latin America Needs a Silicon Valley. *Next City* (online). Disponível em <https://nextcity.org/daily/entry/a-post-industrial-brazilian-neighborhood-aims-to-be-latin-americas-silicon> Acesso 18/06/2016.
- SOLE, A. (2000). La folle machine à "insatisfaire". *Le passant ordinaire*, n. 29. Disponível em <http://www.passant-ordinaire.com/revue/29-147.asp#> Acesso 15/06/2016.
- SOUTHWEEK, S.M. et al. (2014). Resilience definitions, theory, and challenges: interdisciplinary perspectives. *European Journal of Psychotraumatology*, v. 5 - 25338 (on line).
- THATCHER, M (1981). *Interview for Sunday Times*, edição de 03/05/1981. Disponível em <http://www.margareththatcher.org/document/104475> Acesso em 31/10/2015.

VILA FLORES (2016). Vila Flores. Disponível em <https://vilaflores.wordpress.com/about/> Acesso 15/05/2016.

WALLIG, A; SIELSKI, L (2013). Projeto Vila Flores: práticas artísticas colaborativas pela revitalização de processos criativos no meio urbano. In: *Anais...* 22º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, Belém, Brasil.

WIKIPEDIA (2015). *TINA (slogan)*. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/TINA_\(slogan\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/TINA_(slogan)) Acesso em 31/10/2015.

YUNES, MAM (2003). Psicologia Positiva e Resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, num. esp., p. 75-84.

ZIZEK, S. (2005). Multiculturalismo, ou a lógica cultural do capitalismo multinacional. In: DUNKER, C; PRADO, C. (Orgs). *Zizek Crítico*. São Paulo: Hacker Editores.